



ANÁLISE DA POLÍTICA DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO DOS MODOS DE VIVER DO JOVEM BRASILEIRO

Leandra Boer Possa¹
 Maria Inês Naujorks²

RESUMO

O texto analisa como os discursos sobre a formação em nível superior, no presente, constituem-se em modos de subjetivação dos jovens brasileiros. Toma como materialidade de análise o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI. A problemática está contextualizada em alguns relatórios da Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que traçam um diagnóstico da educação superior, balizando a formulação de políticas educacionais como, por exemplo, a que formulou o REUNI. As noções de *dispositivo político* e de *governamentalidade* incrementam a discussão. Concluindo, pode-se afirmar que o REUNI se constitui em uma estratégia que tem como meta subjetivar um modo de produtividade empreendedora para os jovens brasileiros já que ordena, normatiza, faz o controle do risco social e gerencia individualidades.

Palavras-chave: Ensino Superior; REUNI; Governamentalidade.

ANALYSIS OF THE UNIVERSITY EXPANSION POLICY: A DEVICE FOR REGULATING YOUNG BRAZILIANS' WAY OF LIFE

ABSTRACT

The text analyzes how the discourses regarding Higher Education level, in the present, are constituted in ways of subjectivate young Brazilians. It takes as material for analysis the Program for Restructuring and Expanding of Universities (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades) – REUNI. The issue is contextualized in some reports from the Organization for Cooperation and Economic Development (Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) – OCDE – that trace a diagnosis for Higher Education, trivializing the shaping of educational policies, such as the one that restructured REUNI. The notions of *political device* and *governmentability* improve the discussion. As a conclusion, it is possible to affirm that REUNI is a strategy whose goal is to subjectify a mode of entrepreneurial productivity for young Brazilians, since it instructs, regulates, and controls social risk, and manages individualities.

Keywords: Higher Education; Reuni; Governmentability.

ANÁLISIS DE LA POLÍTICA DE EXPANSIÓN UNIVERSITÁRIA: UN DISPOSITIVO DE REGULACIÓN DE LOS MODOS DE VIVIR DEL JOVEN BRASILEÑO

RESUMEN

El texto analiza cómo los discursos sobre la formación en nivel superior, en presente, se constituyen en modos de subjetivación de los jóvenes brasileños. Coge cómo materialidad de análisis el Programa de Reestructuración y Expansión de las Universidades – REUNI. La problemática está contextualizada en

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Especial. Atua no Programa de Pós Graduação em Educação /PPGE e no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Educação/UFSM. Vice-Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e inclusão, Grupo Institucional GEPE/UFSM. E-mail: <leandrarp@gmail.com>

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Especial. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação/PPGE. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e inclusão, Grupo Institucional GEPE/UFSM. E-mail: <minau1990@gmail.com>



algunos informes de la Organización Para Cooperación y Desarrollo Económico – OCDE, que trazan un diagnóstico de la educación superior, balizando la formulación de políticas educacionales, por ejemplo, la que he formulado el REUNI. Las nociones del *dispositivo político* y de *gubernamentalidad* incrementan la discusión. Concluyendo, se puede decir que el REUNI se constituye una estrategia que tiene como meta subjetivar un modo de productividad emprendedora para los jóvenes brasileños, pues ordena, estandariza, hace el control del riesgo social y gerencia individualidades.

Palabras-clave: Enseñanza Superior; REUNI; *Gubernamentalidad*.

Como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) vem colocando a formação universitária no fluxo das práticas sociais, regulando o investimento no jovem brasileiro, tendo em vista um modo de ser e de constituir-se produtivo nos dias de hoje? Partindo deste questionamento pretende-se analisar alguns discursos em torno da formação em nível superior, no momento presente, uma vez que os mesmos podem constituir-se em modos de objetivar práticas sociais e econômicas, movimentando processos de subjetivação dos jovens brasileiros.

Contextualizando a problemática, é possível identificar em Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2005, aquilo que poderia ser um diagnóstico para a formulação de políticas de educação brasileira justificando, inclusive, a implantação do Programa Reuni como política de reestruturação e expansão da educação da educação superior. O documento afirma que

As matrículas escolares para o ensino fundamental são quase universais, mas os índices de repetência e as disparidades entre idade e série escolar permanecem altas a despeito de algumas melhorias nos últimos anos. O acesso à educação tem aumentado mais rapidamente nos estados mais pobres, mas consideráveis disparidades ainda existem entre regiões. Ao mesmo tempo, os índices de matrícula estão aumentando no ensino médio e *têm aumentado rapidamente no ensino superior, principalmente em instituições privadas*. No entanto, esse é um resultado relativamente modesto conforme os padrões da OCDE (OCDE, 2005, p. 194, *grifos nossos*).

Mesmo abaixo dos padrões da OCDE, o aumentado rápido de matrículas, que em 2001 era de 3.036.113 e em 2005 de 4.567.798, considerando as instituições públicas de Ensino Superior (BRASIL, 2009), fazem confirmar que a expansão deste nível de ensino tem sido tratada com positividade, mesmo antes da implantação do Programa Reuni, instituído pelo decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A expansão do Ensino Superior era pauta de reivindicação de muitos movimentos sociais e de movimentos corporativos, como a União

Nacional de Estudantes que, desde a década de sua criação, entre 1930-1940, tem como tema de luta a reforma das instituições de Ensino Superior, a democratização de acesso e a garantia de permanência dos jovens brasileiros neste nível de ensino. Esta luta atravessa também sindicatos ligados a instituições e à sociedade civil.

A democratização de acesso e a garantia de um processo de formação em nível superior ganha lugar na vida comunitária e familiar, reforçada pela na representação de que essa formação é garantia de um futuro melhor e mais produtivo para aqueles que a possuem.

É neste contexto que a OCDE chama atenção para que o Brasil focalize a análise nas despesas públicas, tomando como relação, o nível de gastos e os resultados sociais do investimento na Educação Superior, pois considerada que, no Brasil, “o gasto público com ensino superior é menos eficiente na melhoria da situação da educação da população como um todo” (OCDE, 2005, p. 199). Nesta afirmativa, o documento ainda ressalta:

As tendências dos indicadores sociais chamam a atenção para o fato de que a relação entre gastos públicos e resultados sociais é frequentemente fraca. As comparações internacionais sugerem que alguns países alcançaram melhores indicadores sociais do que o Brasil com níveis iguais ou inferiores de gastos públicos (OCDE, 2005, p. 199).

No contexto destes dados é possível identificar que o Brasil, na primeira metade do século 21, apesar de avanços, não cumpriu com indicadores sociais que pudessem qualificar sua Educação Superior. Em 2009, as instituições públicas, mesmo com quase 6 milhões de matrículas em cursos presenciais e 800 mil matrículas na modalidade a distância tiveram, aproximadamente, 13% de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos frequentando o Ensino Superior.

A meta proposta no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que previa “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001, p. 37), tem sido olhada com muito pessimismo. Mesmo sendo reeditada nas intenções do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), que apresenta como ação a expansão de oferta pelo aumento de vagas no Ensino Superior (principalmente no turno noturno); pela dinamização de vagas existentes, com a diminuição da evasão e de tempo médio de finalização da formação; e pela ampliação de número de alunos por professores, considerando que hoje este é reduzido, ocasionando ociosidade de vagas.

O Reuni não ganha sustentação somente na possibilidade de expansão pelo aumento de matrículas. Constitui-se, também, em um dispositivo político orientado por organizações internacionais, como a OCDE que, em 2005 e nos anos subsequentes, colocavam como meta o empreendimento estatal no Ensino Superior, que precisava ser eficiente, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. Mais do que isso, colocava a formação universitária como um dos instrumentos-meio de acesso à renda, possibilitando o aumento do consumo no sistema produção-capital.

Isto se esclarece na conclusão do relatório da OCDE em 2009, que anuncia: “a conclusão do Ensino Superior aumenta em 50% a renda dos trabalhadores” (CIEGLINSKI, 2009); pois “investir na educação é um meio para lutar contra a recessão e aumentar a renda futura”, como informa artigo da Folha de São Paulo (FOLHA, 08/09/2009) citando o relatório da OCDE. Este mesmo artigo informa: “No caso do Brasil, os titulares de um diploma universitário ‘beneficiam-se de uma vantagem salarial muito superior a 100%’ em relação às pessoas que cursaram apenas o segundo grau, diz o estudo” (FOLHA, 2009).

A partir de dados referentes aos anos 2006 e 2007, “o relatório [OCDE-2009] destaca que, diante da crise econômica mundial, investimentos em educação podem ajudar os países a se recuperar” (AGENCIA BRASIL, 08/09/2009). Neste sentido, o Estado brasileiro precisa considerar que:

Em média, 34% da população jovem entre 25 e 34 anos dos países membros e parceiros concluiu o ensino superior. O relatório aponta que no Brasil esse índice é bastante inferior: apenas 10% dos jovens terminam a etapa (AGENCIA BRASIL, 08/09/2009).

A necessidade de olhar para esta questão tem recorrência nas afirmações a seguir:

O período pós-crise econômica mundial será caracterizado por *“uma demanda sem precedentes” pelo ensino universitário*, afirmou, nesta terça-feira, Angel Gurría, secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris. Segundo a organização, o desemprego, que provavelmente se manterá elevado no período em que as economias começarem a sair da recessão, além das vantagens de um maior nível de educação, *“vão incentivar cada vez mais jovens a continuarem seus estudos por mais tempo”*. *“Os investimentos em capital humano contribuirão para a retomada do crescimento, sob a condição de que os estabelecimentos de ensino estejam em condições de responder a essa demanda”*, diz Gurría. Em seu relatório anual Olhar sobre a Educação - 2009, publicado nesta terça-feira, a OCDE recomenda aos governos que levem *“em conta a tendência de maior demanda por*

formações de ensino superior na elaboração de suas políticas de educação"
(FOLHA, 2009, *grifos nossos*).

Quatro elementos sobressaem neste artigo e são importantes para continuarmos a análise deste texto. São eles: o aumento da demanda por Ensino Superior; as vantagens de maior nível de educação; a continuidade dos estudos por mais tempo; e investimento em capital humano. Estes aspectos assinalados são incorporações feitas pelo Reuni em 2007 e, para tanto, como será abordado a seguir, nas diretrizes de tal programa:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

O investimento do Estado no dispositivo político³ Reuni faz operar, como regulamentação, o funcionamento e a justificativa de uma prática social de controle político e econômico da demanda populacional em idade ativa/produtiva no Brasil. Para suprir o aumento por demanda no Ensino Superior tem-se, no programa, o aumento de vagas de ingresso, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas. No que tange as vantagens e eficiência desta formação, tem-se a ampliação da mobilidade estudantil, regimes curriculares flexíveis e circulação de estudantes entre cursos, instituições, bem como outras modalidades. Para garantir a continuidade dos estudos por mais tempo o programa prevê, ainda, a articulação da graduação com os programas de pós-graduação e modalidades de formação não voltadas à profissionalização precoce.

³ Dispositivo político porque primeiro, está implicado na produção de saber que constitui uma rede de discursos capazes de colocar em funcionamento a justificativa e interpretação de práticas sociais; segundo, porque é poder em se tratar de conceito, de estratégias e técnicas que fazem operar e ao mesmo tempo reajustar uma forma de orientação e de ação; e, terceiro, porque se constitui em produtivo, sendo capaz de produzir um tipo de sujeito (FOUCAULT, 1998).

Como dispositivo político, o Reuni coloca em funcionamento um modelo de investimento em capital humano que, segundo Gadelha, constitui-se em um *novo tipo de economia política*, em que

[...] determinados valores econômicos, à medida que migram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganham um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas – empreendedores (GADELHA, 2009, p. 172).

Para enriquecer a análise do Reuni como um dispositivo político, traz-se a noção de governamentalidade cunhada por Foucault nos cursos do *Collège de France* entre os anos de 1977 e 1979. Para o autor, a noção pode expressar três questões:

Por ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Por ‘governamentalidade’, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência deste tipo de saber que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, acho que deveria entender [...], o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, torna-se no século XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p.143-144; 2010, p. 303)

A noção de governamentalidade referida na citação acima se constitui em uma *governamentalidade política*, como afirma Castro (2009, p.191), pois “implica [...] a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização”. Cumprem, portanto, a função de organização da sociedade e da população.

A governamentalidade vai assumindo diversas feições ao longo dos tempos. Para entender esse processo, Passos considera que Foucault procura pensar sobre as formas societárias nos encontros que estas têm com diferentes formas de exercício do poder, seja a soberania, a disciplina ou o governo. Para a autora,

São formas de relação de poder que a sociedade moderna irá modelar, ou, mais precisamente remodelar, a partir do século XVII e XVIII, consolidar no século XIX, e com as quais nos confrontaremos a partir da segunda metade do século XX (PASSOS, 2008, p. 09).

Estes movimentos de constituição do Estado e da sociedade e os efeitos das formas de exercício do poder não podem ser compreendidos de forma equivocada. Segundo Gadelha,

[...] não se deve incorrer no equivoco de se pensar que uma arte de governar baseada no modelo de soberania dá lugar a uma arte de governar assentada numa razão de Estado (em que as disciplinas, a normalização e a regulamentação já funcionam), e que esta, por sua vez, desaparece ou é desbloqueada em favor de uma sociedade governamentalizada (sociedade de governo); não se trata, com efeito de substituir pura e simplesmente soberania pela disciplina, e esta pelo governo. “Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que te, na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (FOUCAULT, 1990, p. 291).

O mesmo autor ainda afirma que,

nessa disposição triangular, em que o poder é exercido, o que muda é o acento dado a um dos vértices em jogo (FOUCAULT, 2009a, p. 134-135).

Neste sentido, a governamentalidade, como conjunto de técnicas e procedimentos de uma racionalidade que se constitui no triplo soberania-disciplina-gestão governamental, ganha o sentido do governo político e do governo como condução das coisas do Estado e da população, ou seja, a condução das pessoas.

Em rede, a governamentalidade ganha, também, mais um sentido nos textos de Foucault, nos cursos de 1981-1982, no *Collège de France: governamentalidade*, no sentido da relação do sujeito consigo mesmo, em um campo ético. Para Foucault (2006, p. 306-307),

[...] a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas tem de nível, transformável e reversível -, então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. Enquanto teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a

uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isto significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhe propor, devemos considerar que as relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a política com a questão da ética.

Assim, a noção de governamentalidade que, no âmbito de uma estratégia política, tem como efeito operar em um processo de objetivação/sujeição do indivíduo pela racionalidade política⁴, trama-se, agora, com um processo de subjetivação em que o próprio sujeito deixa-se capturar, exercendo, sobre si, relações de poder que se dobram e o constituem, e que o fazem exercer relações de poder sobre os outros. Para Foucault (2006, p. 286), a governamentalidade passa, no campo da ética, a ser “[...] conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos em sua liberdade, podem ter uns em relações aos outros”.

Tomamos, nesse texto, a noção de governamentalidade de Foucault como grade de inteligibilidade constituindo-se em ferramenta produtiva, possibilitando colocá-la, como ferramenta que é, na posição chave, que faz funcionar um modo de dizer sobre o Reuni.

Neste sentido, podemos considerar que o Reuni, como um programa de política educacional estratégico para o Ensino Superior no país, inscreve-se em uma forma de governar, que tem como meta uma parcela da população. Organizado por uma razão de Estado, imbricado em diretrizes internacionais, toma cálculos e táticas como passíveis para sua elaboração, e tem como alvo a população jovem do Brasil.

O Reuni constitui-se da trama de práticas de governo e de condutas humanas, a partir de uma racionalidade política com feições técnicas de policiamento e controle da população, utilizando as estatísticas e um modelo de fiscalização sobre a circulação de bens e de pessoas. Tem um efeito de arte de governar, com um poder individualizante e totalizante.

As estratégias de governamentalidade da Educação Superior no Brasil, tendo em vista os excertos trazidos no início deste texto, são colocadas em funcionamento pela racionalidade neoliberal que Gadelha (2009) identifica como o novo espírito do capitalismo.

⁴ Aqui, toma-se a noção de racionalidade política a partir daquilo que Foucault sinaliza como “racionalidade da gestão do indivíduo. [...] tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas. [...] que programa e orienta o conjunto da conduta humana” (FOUCAULT, 2010a, p. 319).

Este novo espírito tem como referência a teoria do capital humano, em que o próprio sujeito/o humano torna-se valor de troca. Para o autor, a teoria do capital humano constitui-se de

[...] conjunto de habilidades e destrezas que: “[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas com as quais existem, e se articulam em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o ‘humano’, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real de uma empresa capitalista” (GADELHA *apud* LOPES-RUIZ, 2009b, p. 175)

O investimento do Estado brasileiro, que se gesta nas políticas neoliberais para a educação, programando a ampliação de vagas e permanência em processos de formação, como no programa em questão, responde a racionalidade de uma teoria do capital humano. O investimento de uma economia política na Educação Superior, seja no indivíduo ou na população, constitui-se, de um lado, incremento do capitalismo na relação custo/benefício, já que aquele que é formado para ter competência e habilidades no trabalho (capital do sujeito) torna-se um indivíduo economicamente ativo. Por outro lado, ao fazer uso dos recursos-capital que dispõe, o sujeito se constitui em renda, o que lhe possibilita consumir e, por isso, manter e manter-se no mercado (GADELHA, 2009b).

A racionalidade política, como lugar de onde se gesta o programa REUNI e tendo como referência os organismos internacionais, aponta como os indivíduos exercem e precisarão exercer sua ação produtiva a partir de uma conduta econômica. As metas, então, são colocar em funcionamento uma maquinaria institucional pública para objetivar uma forma de conduta produtiva dos jovens, tendo em vista a manutenção dos investimentos do Estado em capital humano, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

A eficiência desta racionalidade, que no REUNI qualifica-se na formação universitária alcançando cada vez mais jovens, está em apontar que qualquer indivíduo pode investir em si como capital. Gadelha (2009b, p. 177) atenta para isso ao afirmar que

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independentes da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a se tomar a si mesmo como capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto,

nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício – e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam.

Aqui é possível encontrar o acontecimento da constituição de um sujeito empreendedor de si, assujeitado por redes contínuas de vigilância e controle. Contudo, também subjetivado (tomando para si) um modelo de encontrar, independente do lugar que ocupa na esfera social, meios para constituir em si e para si competências e habilidades que lhe transformem em capital e, com isso, possam estabelecer suas relações de concorrência em relação aos outros.

Programas do Estado, como no caso o REUNI, sob o ponto de vista da racionalidade política neoliberal, mais que tramar a organização e o funcionamento do Estado, da sociedade, da instituição universitária pública e da população, têm a função de operar e colocar em funcionamento novos processos e políticas de subjetivação. É uma governamentalidade que, estrategicamente, vai programando novos modelos para que o indivíduo exerça e reconheça o empreendimento na qualificação de sua ação e tudo que dela deriva: desejos, emoções, necessidades⁵.

O REUNI, então, traduz-se pela massificação da formação universitária e pela permanência do jovem por um tempo maior nos processos de qualificação, conferindo a ideia da necessidade de acumular, ao longo da vida, competências e habilidades que passam pela formação universitária/profissional. Uma capacitação acumulativa que “permitiria não só o aumento da produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida” (GADELHA, 2009b, p. 177).

Esta lógica incrementa o mercado, mesmo desempregado este jovem pode ter a impressão de produtividade, de investimento em si, incrementa o lugar que este sujeito ocupa ou poderá ocupar (a empresa); a ele próprio como consumidor que é subjetivado para ser um agente ativo do mercado.

⁵ Para Gadelha (2009, p. 178), “esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviço), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência”.

Nas práticas sociais, um investimento de tal porte, na formação universitária, mobiliza a população de jovens a perceberem-se para além de uma atividade de consumo como agente ativo do mercado. Impulsiona, sobretudo, para que o próprio jovem coloque a si como microempresa, comercializando as interações humanas e dando lugar a um tipo de relação de concorrência em que podem ser comercializadas suas competências, habilidades e aptidões, estas conquistadas pela formação (GADELHA, 2009b).

Por fim, o REUNI constitui-se em uma estratégia política que tem como meta subjetivar um modo de produtividade empreendedora para os jovens brasileiros. Utilizando técnicas que ordenam sua multiplicidade, pode exercer controle social sobre aquilo que o jovem pode ser e pode produzir, em um modelo de capital humano onde o investimento em si, no âmbito da formação, constitui-se em valor social normativo, sendo o empreendedorismo uma perspectiva da formação universitária que entra no fluxo das práticas sociais.

É possível, portanto, pensar que o REUNI, ao remodelar a instituição universitária pública, coloca em movimento a massificação de um modo de qualificação da vida do jovem brasileiro. Como dispositivo, entra no jogo das regularidades e da regulamentação, podendo caracterizar-se como estratégia para o crescimento econômico, como apontam os relatórios da OCDE, porque ordena e normatiza, faz o controle do risco e gerenciamento das individualidades. Sobretudo porque, a partir de um modelo de viver, produzir e subsistir, ao mesmo tempo em que opera produtivamente a relação sujeito-sociedade, também gesta uma racionalidade de governamentalidade neoliberal.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25 de março de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 18 mar. 2011.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília: MEC/INEP, 2001.

CIEGLINSKI, Amanda. Ensino superior eleva renda do brasileiro em 100%, diz OCDE. **Agência Brasil**, Brasília, 08 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-09-08/ensino-superior-eleva-renda-do-trabalhador-brasileiro-em-100-diz-ocde>> Acesso em: 13 de maio de 2011.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do sujeito**: cursos curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: cursos curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. Crise estimulará procura por ensino superior, diz OCDE. São Paulo, 08 de setembro de 2009. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u620846.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2009.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexão a partir de Michel Foucault, Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.2, n.32, p. 171-186, maio/agosto, 2009b.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Estudos econômicos da OCDE**: Brasil 2005 / OCDE. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucautianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.

RECEBIDO EM 31 DE AGOSTO DE 2015.

APROVADO EM 11 DE SETEMBRO DE 2015.